

ISRAEL 50 ANOS: A FRUSTRAÇÃO DE UMA UTOPIA

Gabriel Bolaffi

RESUMO

Aos cinquenta anos de sua fundação, Israel é um Estado moderno, democrático, rico e bem-sucedido. Contudo, seus problemas originários ainda não estão satisfatoriamente resolvidos. Israel é fruto dos problemas e utopias que empolgaram a Europa entre 1850 e 1950, mas também da conquista de um território em que desde sempre viveram árabes, hoje transformados em povo palestino. Os acordos de Oslo pavimentaram o caminho para a paz, mas ainda há fortes resistências por parte dos partidos direitistas e religiosos. Há também problemas de integração de imigrantes de diferentes regiões, mas estes já estão em vias de solução.

Palavras-chave: Israel; judeus; árabes; anti-semitismo; sionismo; utopias.

SUMMARY

After fifty years, Israel stands as a democratic, rich, and successful modern State. However, many of its problems of origin have not yet been resolved in a satisfactory manner. Israel emerged from the problems and utopian dreams that moved Europeans between 1850 and 1950, but it also involved the conquest of a territory that had always included Arab inhabitants, today transformed into the Palestinian people. The Oslo agreements paved the way for peace, but there remains strong resistance on the part of right-wing and religious parties. The integration of immigrants from different regions also remains as a problem, but one which is beginning to be solved.

Keywords: Israel; Jews; Arabs; anti-semitism; Zionism; utopia.

Em vez de sermos uma luz para todas as nações, tornamo-nos iguais a todas elas.

E quem saberá se foi melhor ou pior assim?

Amos Oz, 1968

Em 8 de setembro de 1998, o jornal israelense *Há'aretz* publicou o resumo de uma pesquisa realizada entre os jovens do país, sob o patrocínio do Instituto Friedrich Ebert¹. Os jovens foram divididos em dois grupos etários: 15 a 18 anos e 21 a 24 anos (antes e depois do serviço militar, respectivamente)². Perguntados sobre o que pensavam do assassinato do primeiro-ministro Rabin (ocorrido em novembro de 1995), 70% dos entrevistados responderam que se tratava "de um evento crítico e que minara sua fé na sociedade israelense" e os 30% restantes responderam "que fora apenas um evento triste, como qualquer assassinato, mas que não afetou sua

(1) "The jubilee Year: Israeli youth's attitudes towards personal, social and national issues", The Israeli Institute for Economic and Social Research.

(2) Surpreendentemente, os resultados foram tão semelhantes nos dois grupos a ponto de permitir sua junção numa só amostra. Infelizmente, os demais resultados do estudo, que prima pelo rigor estatístico, fogem ao escopo deste texto.

atitude para com o país". Mas estes resultados não se aplicam aos jovens ultra-ortodoxos, entre os quais 54% manifestaram a segunda resposta. Acentuando seu desdém pelo assassinato de Rabin, 20% apoiariam meios violentos e ilegais de protesto caso o governo conduzisse o processo de paz para direções que desaprovam. Pior ainda, 57% de todos os jovens entrevistados acreditam que "alguns líderes fortes poderiam melhorar a situação do país mais do que todas as leis e discursos", o que o estudo interpreta como possibilidade de apoio a uma ditadura.

Netivot é uma pequena cidade ao sul de Tel-Aviv. Lá, nas eleições de 1996, Bibi Netanyahu levou 86% dos votos, ao passo que Peres, sucessor de Rabin, recebeu apenas 11%. Netivot foi fundada em 1957 e quase todos os seus habitantes são imigrantes de Marrocos e da Tunísia ou seus descendentes. Outra pequena cidade, Ofakim, recentemente ganhou as primeiras páginas dos jornais por apresentar o maior índice de desemprego do país. Também lá os imigrantes norte-africanos e seus descendentes impingiram ampla derrota aos trabalhistas. As duas cidades são emblemáticas de um fato que não vem ganhando muita atenção neste ano do jubileu da proclamação de Israel: a maior comunidade de imigrantes é composta por judeus "orientais", principalmente do norte da África. Eles são pobres, discriminados, vivem geralmente fora dos grandes centros e se consideram religiosos ou "tradicionais". Também constituem uma importante força política, na medida em que sempre votam em bloco e compõem cerca de 50% do eleitorado. Em 1997, um ano após a derrota eleitoral que se seguiu ao assassinato de Rabin, os trabalhistas escolheram Netivot para realizar a convenção anual do partido. Na abertura, o novo líder, Ehud Barak, pronunciou um inflamado discurso no qual, em nome do "movimento trabalhista", pedia desculpas aos mediterrâneos pelas injustiças que sofreram desde a proclamação do Estado³.

Embora o parágrafo acima seja todo verdadeiro, transmite uma visão apenas parcial da realidade israelense, particularmente para quem não está familiarizado com as fantasias e idiossincrasias das mentes que povoam esta colcha de retalhos culturais que é Israel. Se é verdade que os judeus de origem árabe-mediterrânea que migraram para lá nos primeiros anos após a constituição do Estado ainda constituem um setor discriminado da população, também é verdade que desde a sua chegada vêm sendo absorvidos com admirável rapidez. E isso é tanto mais verdadeiro quando se consideram o enorme abismo cultural e educacional que os separava, na origem, dos imigrantes de origem européia e as causas da imigração. Os europeus, mesmo os sobreviventes do holocausto, migraram para a Palestina imbuídos da missão, divina para alguns, histórica para outros, tanto faz, de construir uma pátria judia socialista. Já os mediterrâneos foram expulsos de chofre, em represália à constituição do Estado, e não tiveram outra opção a não ser Israel. Seu progresso, material e educacional, desde a migração não pode ser exagerado. E se existe entre os mediterrâneos um índice de desemprego maior do que entre os originários de outras partes, isso se deve principalmente a uma opção por não aceitar determinados tipos de trabalho,

(3) Cf. Avishai, Margalit. "The other Israel". *The New York Review of Books*, XIV(9), 28/05/98.

possibilitada por um dos mais avançados *Welfare States* da atualidade. Coincidentemente, Israel é no presente um dos únicos países importadores de mão-de-obra temporária da Romênia, da Tailândia e das Filipinas.

Mais do que discriminação, o que existe é ressentimento, profundo e amargo. A queixa mais verbalizada por esse contingente da população é a de que na sua chegada foram *dedetizados*, como se nos anos 40 e 50 essa não fosse uma prática comum em todos os aeroportos, inclusive no Brasil. Mais do que uma situação de discriminação objetiva, essa queixa reflete um incômodo sentimento de inferioridade perante os fundadores do país, brancos e europeus. Embora os membros desse grupo estejam hoje em franco processo de ascensão econômica e educacional e amplamente presentes no Parlamento, no governo e nas universidades, sua coesão de grupo de origem é maldosamente explorada pelos partidos da direita. É que à época em que chegaram e foram *dedetizados* o governo era trabalhista!

O *kibutz* e o assim chamado "movimento kibutziano" nunca foram um elemento quantitativamente predominante em Israel. Mesmo na sua fase heróica, nunca chegaram a envolver mais do que 3% da população judia. Mesmo assim, o *kibutz* foi não só o esteio da fundação do Estado como a sua maior vanguarda política, militar e cultural. Nos tempos duros do mandato britânico, nos anos 30, quando a imigração judia para a Palestina foi proibida, foram os *kibutzim* e seus membros que organizaram a imigração ilegal e acolheram os fugitivos do nazi-fascismo. No final da década, quando a Inglaterra e a Europa começaram a considerar a possibilidade de partilha da Palestina, mais uma vez os membros dos *kibutzim* fundaram novas unidades, estrategicamente localizadas, para criar argumentos materiais capazes de ampliar a parcela judia do território. Ainda que apenas simbolicamente, até mesmo da Guerra Civil Espanhola eles participaram. Durante a II Guerra Mundial foi principalmente dos *kibutzim* que partiram os membros da "Brigada Judaica" que lutou na Itália, ao lado dos aliados. E assim novamente na chamada Guerra da Independência, quando quadros formados nos *kibutzim* deram origem ao exército israelense. Finalmente, dos anos da proclamação até meados dos anos 60, foi dos *kibutzim* que se originaram as principais lideranças políticas e membros dos ministérios. O próprio Ben Gurion — que, embora sempre tivesse simpatizado com o movimento kibutziano, jamais lhe havia pertencido —, quando renunciou em 1953, escolheu o *kibutz* Sdé Boker, em pleno deserto, para tosquiar suas ovelhas e escrever suas memórias, num gesto simbólico prenhe de significados.

Maior ainda do que a participação do *kibutz* na colonização sionista da Palestina e na criação da agricultura local — drenando pântanos na Galiléia e irrigando as margens pedregosas e salobras do Mar Morto e de outras regiões — foi o seu desempenho no cultivo da mística que envolveu a criação do Estado judeu. Uma comuna socialista, voluntária, democrática e moderna em pleno século XX! De Richard Crossman, um dos mais ativos deputados da esquerda trabalhista inglesa do pós-guerra, a *ex-partisans* italianos e *maquis* franceses, para não falar em Sartre e Simone de Beauvoir,

todos se inclinavam perante tão grande realização de um punhado de homens e mulheres, modelo realizado de socialismo, testado e oferecido a toda a humanidade.

Mas esse modelo também feneceu. Ou melhor, vem murchando lentamente desde 1954, quando se decidiu que os filhos voltariam a viver com os pais e não mais habitariam nas casas coletivas. Claro que isto não foi uma causa, mas a primeira evidência de um processo que já estava em curso. O tempo revelaria que o *kibutz* — onde, no dizer de Arthur Koestler, as moças pariam cantando o hino nacional sionista —, muito mais do que o resultado de uma feliz adequação da ideologia à realidade, foi o mero fruto de um feixe de utopias, suportado pelo empenho na construção de um lar nacional. Hoje, a maioria dos *kibutzim* originais ainda sobrevive, mas os que não estão economicamente falidos ou se especializaram em alguma atividade *high-tech* altamente rentável ou se entregaram à indústria turístico-hoteleira. Na grande maioria, reduzidos a pequenas comunidades destituídas de maiores horizontes.

A partir da segunda metade do século XIX, os judeus, ainda fortemente concentrados na Europa, começaram a sentir a anomalia de sua condição de "povo sem terra". Isso aconteceu tanto para os judeus da Europa ocidental, já bastante assimilados à cultura dos países em que viviam, quanto para os do Centro e do Leste europeus, que ainda falavam uma língua própria (o ídiche) e se vestiam de modo peculiar. Com efeito, na Europa da "Primavera das Nacionalidades", na qual crescia um nacionalismo raivoso, precipuamente destinado a subjugar o proletariado em formação⁴, era muito estranho a um leal súdito do respectivo rei sentar-se na ceia da Páscoa para cantar: "O ano próximo estaremos em Jerusalém". Se os judeus italianos já podiam comover-se com o nacionalismo piegas de Edmundo de Amicis e os judeus franceses se empojavam com a memória de Napoleão, o anti-semitismo persistia sob diferentes formas em toda a Europa, lembrando-lhes cotidianamente que não eram "um de nós". Pior ainda na Europa oriental, onde ainda persistia um anti-semitismo ostensivo e violento e se sucediam periodicamente os *pogroms*.

Assim, ao longo da segunda metade do século XIX foram se criando as condições para a emergência do sionismo, quase à imagem e semelhança dos demais nacionalismos, mas só quase. É que os historiadores judeus Heinrich Graetz (1817-1891), Simon Dubnov (1860-1941) e quase todos os demais sempre leram o passado do seu povo à luz de um presente que obviamente não podia ter existido há cerca de dois milênios. Na realidade, a diáspora judia tem início vários séculos antes da conquista de Jerusalém e da destruição do Segundo Templo pelos romanos e não nessa ocasião, como enfatizaram aqueles dois historiadores, respeitáveis fundadores da historiografia judia moderna. Dubnov não ignorava a existência dessas diásporas e até as descreveu e comentou na sua obra enciclopédica, mas simplesmente não deu atenção ao seu significado. Portanto, nada permite comparar os ideais judeus de retorno à terra prometida a todos os demais contenciosos territoriais que o mundo tem registrado nos últimos 150 anos:

(4) Sobre esse tema, ver: Elias, Norbert. "Uma digressão sobre o nacionalismo". In: *Os alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

nem a complexa "balcanização" iniciada com a desintegração do Império Otomano, até hoje muito distante de soluções satisfatórias, nem as inquietações germanófonas no Alto-Adige italiano (já bastante bem resolvidas) e muito menos os dramas legítimos de bascos, catalães, irlandeses e tantos outros, resolvidos ou não. Todos esses últimos têm em comum algo que sempre faltou aos judeus: um território onde pudessem exercer sua autonomia político-cultural.

Com tudo isso estou querendo mostrar que o sionismo e a criação do Estado de Israel na Palestina podem ser vistos muito mais como a solução de um problema europeu do que como a volta de um povo oriental ao seu território. Com efeito, o que ligava os judeus à terra prometida além de uma religião muito distante do seu paradigma bíblico, uma literatura bela e respeitável e uma rica tradição oral? Somente o anti-semitismo e as constantes perseguições. Aliás, os judeus, ao contrário do que costumam imaginar, nunca foram a única etnia deslocada no concerto europeu e mediterrâneo. Desde a Antiguidade, ao longo da Idade Média e até o presente, povos como os gregos, lombardos, ciganos, armênios sempre vagaram por diferentes regiões do Mediterrâneo ou da Europa. Deles, ainda sobrevivem, além de alguns dos mais notórios acima citados, muitos mais do que estamos habituados a pensar, como por exemplo os valdenses⁵, concentrados no Piemonte, na Itália, que matriculam seus filhos na escola judia de Turim para subtraí-los à influência católica das escolas italianas.

(5) A rigor, protestantes transformados em grupo específico pelo universo católico italiano.

Nascidos do caldo de cultura que fermentou na Europa entre 1850 e 1950, o sionismo e Israel tudo tiveram para se constituir de acordo com as riquezas, mas perigosas, utopias da época. O proletariado judeu remanescente dos guetos recém-abolidos e das *shtetls* (aldeias predominantemente judias) da Polônia e demais países da Europa central e uma classe média ascendente e intelectualizada em toda a Europa — uns e outros eram privilegiados pelo *ethos* intelectual do judaísmo, uma religião impossível de ser praticada sem o acesso aos livros. Assim, operários e intelectuais se mesclaram num multifacetado torvelinho ideológico do qual acabariam resultando sucessivas ondas migratórias para a Palestina, num movimento político que empolgaria o mundo ocidental. Como um mata-borrão, o movimento sionista em formação absorveria todas as teorias político-filosóficas da época, reformulando-as a seu modo. Marxismo, anarquismo, darwinismo, positivismo e militarismo, tudo fortemente impregnado de romantismo, deram origem a inúmeros partidos políticos nos quais, dizia-se, cada membro constituía sua própria facção.

O famoso e forte Bund, marxista e majoritário entre o operariado judeu, rejeitou o sionismo, desqualificado como nacionalismo burguês e clerical. Em seu lugar propunha uma autodeterminação política e cultural (com base na língua ídiche) no quadro da revolução mundial. Outro marxista, Ber Borochov, expoente do partido Poale Zion (Proletários de Sion), escreveu várias obras⁶ para tentar demonstrar a existência de um processo determinista que fatalmente reconduziria o proletariado judeu à sua terra prometida. A. D. Gordon, com seu Hapoel Hatzair (O Jovem

(6) Uma delas, *Nacionalismo e luta de classes*, chegou a ser publicada no Brasil, em 1947.

Proletário), romântico, admirador de Tolstói, defendia a regeneração do povo judeu, degradado pela vida nos guetos, por meio da volta à natureza e às lidas agrícolas. Embora socialista, Gordon não acreditava nem em revolução nem em luta de classes como meio de aperfeiçoar a sociedade. Antes, era preciso criar um novo homem. Para tanto, em 1910 e já cinquentenário, se juntaria aos doze fundadores de Degania, tida como "a mãe dos *kibutzim*"⁷. Ahad Há'am ("Um do Povo", pseudônimo de Asher Ginzberg), que era sionista mas não acreditava na possibilidade de que todo o povo judeu retornasse a Israel, preocupou-se mais com o resgate do judaísmo (?) enquanto entidade espiritual. Wladimir Jabotinski, que se considerava seguidor de Mazzini (!), se demitiria da Executiva Sionista em 1923 para fundar o Sionismo Revisionista. Pleiteava a colonização e ocupação das duas margens do rio Jordão, por ondas migratórias de 50 a 60 mil almas por ano. Jabotinski não ignorou os árabes, cuja oposição considerava inevitável. Mas como os judeus na Europa estavam por enfrentar uma catástrofe, enquanto os árabes estavam em segurança no Oriente Médio, a posição moral judia, para ele, seria tranqüila. Todos esses líderes ideológicos — e muitos outros, menos relevantes — e seus partidos logo trataram de criar movimentos juvenis sionistas na Europa e nas Américas, nos quais ao pensamento ideológico dos inspiradores não foi difícil agregar doses adicionais de romantismo dos congêneres europeus: do Wandervogel (alemão), do escotismo pueril de Baden-Powell e até dos *Balillas* (fascistas italianos) e do Komsomol (stalinista). Todos, obviamente, empenhados na construção do "novo homem".

As migrações para a Palestina, de caráter antes sionista que religioso, começariam em 1881, quando o grupo Bilu, composto por estudantes secundários e universitários da Cracóvia, fundou as primeiras colônias agrícolas na Palestina. Essas colônias receberam decisivo apoio financeiro dos Rothschild e de outros judeus de todo o mundo. Um fato curioso e significativo: os Rothschild sempre apoiaram o sionismo por devoção ao judaísmo, mas outros filantropos judeus da época, como o barão Hirsch, da Bélgica, financiaram a colonização judia, não só na Palestina como na Argentina e no Brasil⁸, por outras razões — temiam que o fluxo migratório de judeus pobres e não-ocidentalizados da Europa central para o Ocidente pudesse provocar novos surtos de anti-semitismo.

Na outra vertente, Theodor Herzl, um jornalista vienense, editor do *Neue Freie Presse*, um dos mais importantes jornais da Europa, se tornaria o fundador do chamado Sionismo Político, ao escrever *Der judenstat*, sob o impacto do caso Dreyfus. Em 1897, ele conseguiria reunir o primeiro Congresso Sionista, na Basileia, Suíça.

A leitura sobre os debates ocorridos durante e entre os sucessivos congressos sionistas é a um só tempo cômica e empolgante⁹. Cômica, pela ousadia daquele punhado de senhores que na realidade não representavam ninguém senão a si próprios e se digladiavam em torno de fortes rivalidades pessoais, travestidas pela pretensão de cada um ao caráter de revelação das próprias idéias. Mas são empolgantes, quase patéticas e

(7) A rigor, esta é uma simplificação. Degania surgiu como *kvutza*, não como *kibutz*, e é tida como "a mãe das *kvutzot*". Mas essas nuances são insignificantes no escopo deste texto.

(8) Foram fundadas duas colônias no Rio Grande do Sul, perto de Erechim.

(9) Cf. Laqueur, W. *A history of zionism*. Nova York: Schocken Books, 1976.

comovedoras, não só a riqueza dessas mesmas idéias como o empenho pessoal de cada um para fazê-las chegar a algum porto seguro. À exceção do Bund, que embora poderoso nunca chegou a participar dos congressos, todos acabaram sendo de alguma forma legitimados pelos eventos futuros¹⁰. Sem a concorrência de idéias tão díspares quanto as de Herzl, Borochoy, Gordon e Ahad Há'am, para citar apenas os principais, hoje talvez não houvesse Estado de Israel.

Entre 1905 e 1914 ocorreria a segunda onda migratória, composta principalmente por jovens mais bem preparados e mais informados sobre o que os aguardava do que aqueles que haviam composto a primeira migração. Acima de tudo, eram mais politizados e imbuídos de valores adequados à missão que se haviam imposto. Um dos principais problemas da primeira migração decorreu do fato de que os colonos Bilu, uma vez instalados nas terras que a filantropia européia lhes havia adquirido, logo se preocuparam em contratar camponeses árabes para tocar as plantações de frutas cítricas. Já os jovens da segunda migração, ao chegarem, se deram conta de que colonização até então realizada não só reproduzia um modelo que eles já condenavam na diáspora — a exploração do homem pelo homem — como fortalecia a presença árabe na Palestina. Inspirados por Gordon e outros, logo passaram a valorizar o "trabalho próprio", o "trabalho independente". Da predisposição para trabalhar em condições extremamente árduas ao surgimento das primeiras comunas coletivas que em alguns anos se transformariam em *kibutzim*, foi um passo. Um passo evidentemente marcado e orientado pela multiplicidade de outros valores ideológicos, tais como socialismo, proletarização do povo judeu (Borochoy), volta à terra e à natureza e rejeição da cultura da diáspora e até do ídiche, a língua materna da grande maioria, que passou a ser vista como decadente.

As migrações sucessivas — os historiadores do sionismo costumam assinalar cinco ondas migratórias, com características distintas — até a proclamação do Estado, em 1948, foram todas fortemente marcadas pela existência de movimentos juvenis consolidados e em crescimento onde quer que houvesse comunidades judias. Foram também determinadas pelos eventos mundiais. Assim, o final da I Guerra Mundial permitiu uma imigração marcada pela presença majoritária de jovens dos movimentos juvenis, principalmente do Hashomer Hatzair (O Jovem Guarda), marxista. Nos anos 30, a ascensão de Hitler na Alemanha causou novas ondas migratórias provenientes de toda a Europa, que se dirigiram principalmente para as cidades, dando uma nova feição, mais urbana e cosmopolita, ao assentamento judeu da Palestina. O resto já é presente, pelo menos para muitos leitores. Das cinzas trágicas, a um só tempo épicas e dramáticas, do Holocausto surgiria o Estado de Israel, que neste ano comemorou o seu jubileu.

Pelas características de seus colonizadores, pelas condições da colonização, pela sua tenacidade e principalmente pelo torvelinho de idéias e de utopias que os movia, Israel é um país muito especial. Estou de acordo com

(10) Mesmo do Bund resultaram acontecimentos marcantes. A Internacional 2-1/2, no início da década de 20, foi resultado da ruptura de uma das suas facções com Lenin. Outra facção se transformaria na Ievsectia, do Partido Bolchevique, e participaria da criação de uma República Judia Soviética em Birubidjan, no final dos anos 30. No Brasil, remanescentes brasileiros da facção stalinista construíram o teatro Tahib em São Paulo.

Amos Oz, citado em epígrafe, quando diz que há muito tempo era preciso dar um basta na pretensão de "ser uma luz para todas as nações". Mas isso não depura Israel de suas singularidades e da especificidade dos seus problemas.

Menina dos olhos da esquerda e da intelectualidade mundial quando da sua constituição como Estado independente, Israel passaria em poucas décadas à condição de algoz não só dos palestinos expulsos das suas casas e terras mas também dos seus próprios habitantes de origem não-européia. Mas se há carradas de razão nessas acusações, há também muito exagero, muita ingenuidade, muita frustração decorrente de expectativas grandes demais para serem logradas de forma realista. Com efeito, quando em meados dos anos 50 os militares israelenses começaram a mostrar sua competência, ora capturando, intactas, complexas instalações de radar russas, ora destruindo dezenas de caças Mig no solo, a maioria dos intelectuais europeus ainda aplaudia os sucessos da modernidade contra o atraso feudal (sic), a exemplo da atitude de Marx diante do conflito entre os americanos e o México. Foi somente após a Guerra dos Seis Dias, quando Israel começou a mostrar-se uma potência regional significativa, que os humores começaram a azedar. Azedaram mais ainda após a quase-derrota da Guerra do Yom Kippur (1973), quando, em 1977, Anwar Sadat, o fortalecido presidente egípcio, fez a viagem à sua Canossa só para mostrar ao "papa" (Menahem Beigun, primeiro-ministro israelense) que os dias do seu poder temporal ilimitado estavam contados.

Para a deterioração da imagem israelense concorreram três fatores. Em primeiro lugar, a inegável arrogância israelense que se manifestou por meio de sucessivas operações militares de estilo "comando", como o resgate de Entebe por brigadas terrestres baseadas num país africano vizinho e não pelos aviões Hércules enviados por Israel¹¹, destruição de reatores atômicos no Iraque e os assassinatos mais rocambolescos de lideranças palestinas mundo afora. Em segundo lugar, a *mauvaise conscience* de quantos, antes tão empolgados com "o jovem Estado", agora se viam às voltas com uma realidade que só muita ingenuidade não permitiu antecipar. Finalmente, e acima de tudo, o amadurecimento das lideranças palestinas, que as levou a passar das antigas bravatas ridículas e inúteis a um projeto nacional convincente e progressivamente capaz de ganhar consistência. Com toda a razão, a figura patética, mas nem por isso menos lúcida, de Yasser Arafat conquistaria mentes e corações, transformando Israel no anjo decaído que já não podia pertencer ao paraíso.

É claro que assiste toda a razão aos palestinos quando lembram ao mundo que "viviam nessas terras desde tempos imemoriais". É verdade também que os argumentos "históricos" com os quais a direita religiosa israelense pretende justificar suas pretensões à expansão territorial, além de infundados em seus próprios termos, não justificam coisa alguma. O fato é que não adianta processar o passado nem muito menos julgar a história¹². O indispensável é encarar o presente com serenidade e, não digo uma justiça abstrata, mas com a maturidade e a racionalidade que as situações

(11) Com efeito, segundo me relatou um ex-participante dessa operação, sua realidade foi muito distinta e menos audaciosa do que a versão glamorizada divulgada pela mídia mundial.

(12) Até porque a direita israelense poderia argumentar, desta vez com razão, que pelo menos um terço dos atuais "palestinos" é originário de países árabes vizinhos, atraído para a Palestina desde o início do século pelas melhores condições de vida proporcionadas pela presença sionista.

delicadas requerem. Para tanto, Israel está muito mais bem preparada do que os palestinos. Não se trata de demandar uma atitude paternalista e complacente, mas de exigir de quem possui uma renda *per capita* de primeiríssimo mundo, e educação, saúde, ciência e tecnologia compatíveis, para não falar do ainda inútil domínio sobre a fissão nuclear, uma atitude de respeito ao outro que implicitamente lhe traria imensos benefícios.

"Paz" é uma palavra vaga, que às vezes pode soar até piegas. Mas não seria mais prazerosa a vida em Israel sem serviço militar obrigatório de 24 meses, sem as convocações anuais de boa parte dos reservistas e sem os transtornos econômicos e de toda ordem que isso causa, sem os constantes atentados a bomba e sem o receio ainda mais constante da possibilidade da sua ocorrência? Não seria mais sadia sua população se não fosse condenada a conviver cotidianamente com o inimigo potencial que lhe presta o trabalho pesado ao lado de outros prestadores de serviços, filipinos ou balcânicos? Não seria melhor se nas escolas primárias os textos pudessem invocar antes a história de Ruth do que a de Sansão ou dos macabeus? Depois de percorrido com sucesso o árduo caminho que levou até os acordos de Oslo, o que está faltando para que a paz saia dos tratados para o mundo real? Nada, senão aquele equilíbrio impossível nas alienadas cabeças religiosas.

Durante toda a epopéia sionista, os religiosos, aguardando o Messias, sempre primaram pela ausência. Mas na primeira eleição, embora as esquerdas somassem cerca de 60% dos votos, dividiram-se em torno das relações com Washington e Moscou. Para formar o governo, Ben Gurion cometeu o erro fatal de coligar-se com a Frente Religiosa. Talvez se possa dizer que dessa decisão, aparentemente inócua, decorreram os principais problemas que Israel enfrenta até o presente. A Frente Religiosa sequer era um partido, mas uma coalizão de variados grupos de interesse. Pouco se preocupou com as questões da implantação do Estado, senão em procurar obter cada vez mais verbas para a difusão do ensino religioso e a manutenção dos seminários rabínicos. Com o tempo, não só o voto religioso aumentou como os rabinos se tornaram cada vez mais capazes de impor suas limitações aos demais habitantes do país. Para os rabinos e para os fanáticos que os apóiam, muitos deles imigrantes dos Estados Unidos, o país é terra santa — onde, portanto, nada é negociável.

A esses, digamos, "religiosos históricos" somam-se os outros religiosos ou "tradicionais" a que me referi no início do texto. São todos originários de países árabes onde viveram por séculos acreditando que o árabe é o grande inimigo, com o qual não há acordos possíveis. Uma vez instalados em Israel, onde, pelo menos com relação aos árabes, são agora "senhores poderosos", não são capazes de ver qualquer razão para fazer concessões, por menores que sejam. Eles votam e sempre votaram em peso na direita principalmente porque esta sempre se mostrou mais dura e mais beligerante para com os palestinos. E constituem cerca de metade do eleitorado.

Assim, Israel chegou à situação paradoxal, inacreditável e inaceitável para a mentalidade contemporânea, de uma intransigência estúpida que a

impede de alcançar uma paz sob todos os aspectos necessária e vantajosa. Quais são, na sua essência, as questões em litígio?

Fronteiras seguras? Elas já existem, asseguradas pelos acordos de Oslo, principalmente quando se tem em mente a natureza da guerra moderna e do contexto regional. O que ameaça a população israelense já não são mais exércitos inimigos, mas o pouco que restou do desesperado fanatismo palestino. E este jamais poderá ser contido por qualquer fronteira, mas apenas pela paz e pela cooperação entre as duas populações, cujos germes, por incrível que pareça, já existem.

A questão das colinas de Golan? É mais um resíduo das guerras passadas, já superado pela tecnologia militar contemporânea, do que um problema real no presente. De qualquer forma, diz mais respeito à Síria do que aos palestinos e pode ser facilmente contornado por mil formas, desde que haja vontade para tanto.

Na realidade, existem dois problemas mais complexos. Em primeiro lugar, a inegável vocação expansionista de Israel, tal como veio se demonstrando em todos os conflitos desde 1947-48. No final de cada um deles, em alguns até por razões aceitáveis de sobrevivência, Israel teve seu território ampliado. Embora Israel se depare com um problema geopolítico real — num território nada generoso, é hoje um dos países de maior densidade demográfica, com 265 habitantes por quilômetro quadrado —, já não faz sentido atuar no presente à luz de questões do passado. Por isso, fazia todo sentido a fórmula Rabin/Peres: "dar terras em troca da paz". Mas aí entram os religiosos, que nada entendem nem de demografia nem de economia, a pressionar constantemente pela colonização dos territórios ocupados. Os acordos de Oslo haviam estabelecido que Israel se absteria de qualquer nova colonização. Em certa medida, Bibi Netanyahu tem se esforçado para cumprir esta cláusula (e até por isso passou a vestir colete à prova de bala). De fato, não têm havido "novas" iniciativas de colonização. Mas como os acordos foram omissos com relação aos núcleos judeus já existentes nos territórios árabes, estes continuam a ser expandidos, às vezes como meras cidades-dormitório. É uma provocação desnecessária aos palestinos, cujo único efeito é manter os ânimos acirrados e carrear munição para os adversários de Yasser Arafat. Paradoxalmente, uma das principais queixas do atual governo israelense para com a Autoridade Palestina é a de que esta não estaria reprimindo adequadamente os guerrilheiros dos Hammas, Jihads, Hizbollas e que tais.

O segundo problema aparentemente complexo é o de Jerusalém, reivindicada por tantos rabinos, muftis e papas. Com um pouco de razão e boa vontade seria fácil encontrar uma solução que permitisse a judeus e árabes estabelecer ali suas capitais em diferentes setores da cidade, que aliás sempre foi toda compartimentada. Mesmo que os sítios históricos de cada grupo às vezes estejam interligados ou superpostos, nada impede que seja estabelecido o livre trânsito entre todos eles, como aliás já existe informalmente. Seria até possível cumprir, pelo menos parcialmente, a decisão da ONU de 1947 de conceder estatuto internacional ao Santo Sepulcro e outros

monumentos do cristianismo. Essa solução seria até facilitada pela geografia, pois a oeste a cidade limita-se com Israel ao passo que a leste está o futuro Estado palestino. Mas Jerusalém é um exemplo eloqüente de quanto questões irracionais, de fé, tornam angustiante e complicado tudo quanto poderia ser simples. Se algum dia houver uma solução pacífica definitiva no contencioso Israel-palestinos, como espero que venha a haver, Jerusalém provavelmente será a última questão a ser resolvida.

Israel completou o seu jubileu como um Estado moderno e bem-sucedido mas sempre ameaçado por guerras e atentados militares. A paz está agora ao seu alcance e em suas mãos. O nível econômico, educacional e intelectual de sua população confere-lhe muito mais do que aos palestinos, ainda pobres e pouco organizados, a possibilidade e a responsabilidade para a solução definitiva do conflito. Para tanto é necessário não só que consiga conter os elementos chauvinistas da sua população, mas que se empenhe em cooperar com seus vizinhos para promover-lhes o tão necessário desenvolvimento econômico. A começar pela falta de água e de energia, há inúmeras outras questões de caráter supranacional na região. Os Estados Unidos e a velha Europa de tantas Cruzadas bem que poderiam pagar o seu quinhão, não só porque foi lá que tudo começou, mas principalmente porque num mundo globalizado é necessário assumir responsabilidades coletivas capazes de ir além do que promover reuniões de paz.

Recebido para publicação em
30 de setembro de 1998.

Gabriel Bolaffi é professor da
FAU-USP. Publicou nesta revis-
ta "Israel: uma população en-
sandecida" (nº 47).

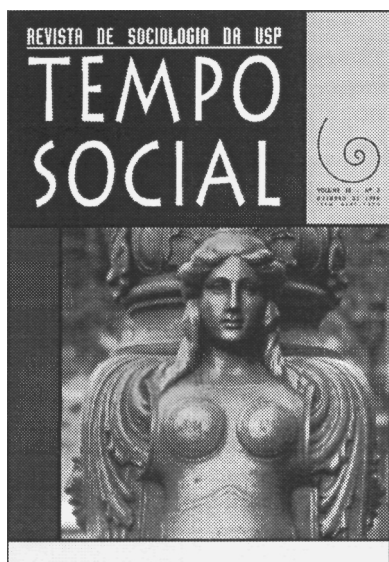
Novos Estudos
CEBRAP

N.º 52, novembro 1998
pp. 163-173

TEMPO SOCIAL

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP

VOLUME 10 - Nº 2



- IRENE CARDOSO** - 68: a comemoração impossível
OLGÁRIA CHAIN FÉRES MATOS - Tardes de maio
DANIEL AARÃO REIS FILHO - 1968: o curto ano de todos os desejos
REGIS DE CASTRO ANDRADE - Trabalho e sindicalismo: memória dos 30 anos do movimento de Osasco
PAULO MENEZES - Heranças de 68: cinema e sexualidade
MICHEL THIOLLENT - Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante
JACQUES LEENHARDT - Uma sociologia das obras de arte é necessária e possível?
NADYA ARAÚJO CASTRO E ÁLVARO A. COMIN - A alquimia organizacional: qualificação e construção do consentimento
ELIZABETH RONDELLI - Imagens da violência: práticas discursivas
MARIA JOSÉ DE REZENDE - Mudança social no Brasil: a construção de um ideário conservador
RICHARD MISKOLCI - A filosofia da história no Doutor Fausto
JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES - Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo

VOLUME 10 - Nº 1



- JOSÉ DE SOUZA MARTINS** - O senso comum e a vida cotidiana
IRENE CARDOSO - Os silêncios da narrativa
SÉRGIO ADORNO - Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade
ALFREDO BOSI - Camus na festa do Bom Jesus
LEOPOLDO WAIZBORT - Classe social, Estado e ideologia
RIHA PAIVA - A constituição do Eu: os imperativos da interpretação e a perda de sentença
ÁLVARO DE AQUINO E SILVA GULLO - Violência urbana: um problema social
ANTHONY GIDDENS - Entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke
MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA - Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?
ROBERTO GRÜN - A classe média no mundo do neoliberalismo
MARLI DINIZ - Repensando a teoria da proletarianização dos profissionais
MARIA DA GLORIA BONELLI - A competição profissional no mundo do Direito

Dados pessoais

Nome

Endereço

Cidade UF

CEP

CPF

(ddd) Telefone

Data de hoje

Faça aqui o seu pedido

Volume	Preço	Qt.	Subtotal
Vol. 10 nº 1	R\$ 10,00	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Vol. 10 nº 2	R\$ 10,00	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Assinatura - 2 nºs	R\$ 20,00	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Assinatura - 4 nºs	R\$ 35,00	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Valor do pedido

Forma de Pagamento

- ☐ Cheque Nominal a Discurso Editorial
- ☐ Cartão de Crédito (Preencha os dados abaixo)
- ☐ Visa ☐ Credicard ☐ American Express
- ☐ Solla ☐ Dinners ☐ Outro:

Número

Validade

Assinatura - igual à do cartão de crédito

Para receber **TEMPO SOCIAL** pelo Correio, envie seu pedido à REVISTA TEMPO SOCIAL - Depto. de Sociologia - FFLCH - USP. Av. Professor Luciano Gualberto nº 315, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05508-900 (tel: 011 818-3703/FAX 211-2096), enviando cheque nominal a *Discurso Editorial*. Se preferir pode usar seu cartão de crédito, preencha e envie este cupom. Informações também por e-mail: tempo@edu.usp.br